

ACÇÃO CATÓLICA E FORMAÇÃO DOCENTE NA DÉCADA DE 1930

Olinda Evangelista*

ABSTRACT

In 1933, Fernando de Azevedo created the Institute of Education, the first specific higher education school for the qualification of these teachers. In 1934 the Institute was absorbed by the University of São Paulo and the training of teachers was definitively incorporated at the university level. In 1938, political forces associated with the interventionist Ademar de Barros Administration and sectors of the Catholic Church put to an end such experience. The memory of this period recovered by Fernando de Azevedo, Director of IEUSP at that time, illuminates important aspects of this experience and the political commitments that determined its ending. This article aims to reconstruct the role of the Catholic Church in this episode with the help of historical sources that go beyond Azevedo's works.

Key-words: History of Education, Fernando de Azevedo, Education – Catholicism.

RESUMO

Fernando de Azevedo criou a primeira escola de preparo do mestre em nível superior, em 1933, o Instituto de Educação. Em 1934, incorporada à USP, institucionalizou-se a formação docente em nível universitário. Tal experiência foi encerrada em 1938 por decisão do governo interventor de Ademar de Barros e com a participação de setores da Igreja Católica. A memória construída pelo então Diretor

* Professora do Departamento de Estudos Especializados da Universidade Federal de Santa Catarina.

do IEUSP, Azevedo, elide questões importantes e os comprometimentos políticos que determinaram seu encerramento. A reconstrução do episódio busca evidenciar a participação da Igreja Católica na extinção da primeira experiência de formação docente universitária.

Palavras-chaves: História da Educação, Fernando de Azevedo, Educação – Catolicismo.

Introdução

A primeira experiência de formação de professores em nível superior no Brasil ocorreu com a criação, em 1933, por Fernando de Azevedo, do Instituto de Educação – IE. Sucessor da antiga Escola Normal da Praça, cuja última reforma, em 1931 – de Lourenço Filho –, a transformara em Instituto Pedagógico, dela herdou o desiderato de formação de intelectuais na área educacional. Como escola de formação de intelectuais e professores, foi assimilado à Universidade de São Paulo – USP, quando de sua criação em 1934. Institucionalizou-se, então, no Brasil, a formação docente em nível universitário, demanda bastante debatida particularmente a partir dos anos de 1920.

O IEUSP foi considerado, por muitos intelectuais, como uma das iniciativas da geração dos renovadores. Por estar na área de intervenção do pensamento renovador, o Instituto de Educação e seu diretor Fernando de Azevedo atraíram críticas de setores do governo varguista e da Igreja Católica. O projeto de formação docente ali em implementação concretizava o ideário escolanovista e se projetava para todo o sistema de ensino. No caso específico da Igreja Católica, a concepção de um preparo científico e laico do professor confrontava-se com os interesses católicos, inclusive os relativos à dominação do mercado pedagógico.

O encerramento dessa experiência pioneira, em 1938, conduzida pelo governo interventor de Ademar de Barros, contou com a participação ativa da Igreja Católica. Sem dúvida o encerramento do IEUSP significou uma perda para Azevedo, grande articulador político na área educacional e importante memorialista

de sua geração¹. No presente texto duas leituras sobre a problemática em tela foram privilegiadas para discussão: a produzida por Azevedo e outros intelectuais do período – ressalvadas as dissensões internas – e a produzida por intelectuais ligados à Igreja Católica.

O combate entre católicos e renovadores

No episódio de fechamento do IEUSP, como já afirmado, muitos intelectuais católicos e membros do *staff* governamental, nacional e paulista, tiveram papel decisivo. O foco desse artigo recai sobre a atuação católica nesse episódio. Começamos com Francisco Azzi, conhecido de Azevedo há longo tempo. Foram lentes do Instituto Pedagógico onde Azzi fora Catedrático de Francês no Curso Normal, a partir de março de 1931, transferido da Escola Normal de Casa Branca/SP. Em março de 1933 foi nomeado Catedrático de Francês do Curso Fundamental da Escola Secundária do Instituto de Educação, dela se afastando em 1934 para assumir a Diretoria Geral da Secretaria de Educação. Foi convidado por Azevedo para depor no inquérito que organizara, em 1926, promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.² Sem muitas delongas, Azevedo afirmou que

... poderemos divergir, às vezes, de suas idéias. Nunca nos será lícito deixar de acatar as suas ponderadas opiniões. Da lúcida energia com que encara as questões de ensino, melhor dirá a sua própria exposição que hoje publicamos, sugestiva e vibrante, em que a vontade de ir certo aos assuntos não lhe permitiu senão esboçar as idéias, mas com mão de mestre, sem subterfúgios e sem digressões. (Azevedo, 1957, p.43)

¹ Não está aqui em discussão as posições de Azevedo com relação ao relato histórico que produziu. Sobre isso cf. Evangelista, 1997.

² Termo de compromisso de funcionários para a Escola Normal da capital e estabelecimentos anexos (1930, f. 16); Termo de compromisso do pessoal docente e administrativo do Instituto de Educação (1933, f.7). In *Revista Brasileira de Pedagogia*, set. 1934.

A crítica deixava entrever relações conflitivas, não obstante os elogios formais de parte à parte. Azzi, por exemplo, elogia Almeida Jr. e Azevedo, colocando o segundo como grande autoridade da educação física (Azzi, 1958). Por seu turno, Azevedo evidencia a filiação ideológica de Azzi, bastante clara em seu depoimento onde afirma:

O de que mais precisamos, contudo, é de cuidar do fator moral. Todas as grandes obras humanas só se realizaram sob a inspiração de um forte idealismo superior. Entristece verificar que as diversas confissões religiosas não desenvolvem toda a vasta e multifária ação de que poderiam ser capazes na tarefa ingente da educação nacional. À Igreja Católica, sobretudo, cumpre não faltar aos imensos deveres que suas tradições, no Brasil, lhe criaram. A pregação e o exemplo ilustres do grande Padre Júlio Maria sobre a ação social da Igreja devem produzir todos os seus todos necessitamos de alma, de fé qualquer que ela seja. (Azzi, 1958, p. 51)

A essa profissão de fé seguiu-se outra, presente no depoimento dado ao Inquérito promovido pela Associação Brasileira de Educação – ABE:

E, assim, teremos a dita de nos desviar de dois perigosos caminhos divergentes e, por igual, apartados da verdade e do bom senso, que nos conduziriam, porventura, atraídos pelos engodos de negociastas impiedosos ou hipnotizados pela retórica vazia e vesânica de demagogos irresponsáveis, a reproduzir, em terras de América, sem originalidade nem grandeza, uma outra Cartago utilitária, desagregada pela putrefação invasora do próprio egoísmo cúpido, ou uma nova Rússia Vermelha cujo nobre anseio de fraternidade humana acabasse no suicídio. (Azzi, 1929, p. 209)

Se havia concordância em relação à necessidade de formação do professor a partir da *coesão e unidades nacionais*, Azzi rejeitava o que denominava de *mimetismo de vistas curtas*. O autor ocupava,

portanto, um lugar político e teórico diferente do de Azevedo, já que este possuía franca abertura para os debates internacionais e deflagrava, naquele momento, uma campanha em favor da escola pública e laica, a ser assumida como dever do Estado, sob os auspícios econômicos e políticos d'O *Estado de S. Paulo*.

Azevedo pautava-se por um procedimento que feria as susceptibilidades católicas. Seu ímpeto era expô-las para que a opinião pública pudesse conhecê-las e – por suposto – abandoná-las, ou ao menos criticá-las. Sua estratégia foi convidar as duas posições a prestarem depoimentos sobre a formação do professor para que as posições *atrasadas dos conservadores* viessem à tona. Aparentemente democrático e interessado no debate de idéias, seu intento era explicitar os campos, as posições, os trunfos de cada grupo. Azevedo dualizou a disputa, dividindo as concepções educacionais entre “tradicional” e “renovadoras”. Azzi, entretanto, evidenciou, em seu discurso, um terceiro sujeito – representado pela Rússia Vermelha –, identificado com o grupo de Azevedo e Anísio Teixeira. Identificação partilhada por Alexandre Corrêa, Alceu de Amoroso Lima e Leonardo Van Acker, todos militantes católicos.

As divergências políticas que redundaram na extinção do Instituto, e também na da Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 por Anísio Teixeira, foram construídas ao longo dos anos. Em meados da década de 20, segundo Carvalho, havia uma convivência entre estas forças. Progressivamente foram se estranhando, até o ponto de desferirem uma contra outra suas mais poderosas e violentas palavras... e não só.³

Os inimigos políticos de Azevedo estavam na cena acadêmica, nos anos 20, em várias organizações católicas. Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, após a morte de Jackson de Figueiredo encarregou-se da direção da Revista *A Ordem* e tornou-se o principal

³ Segundo Carvalho (1988) a dominância dos “renovadores” sobre os católicos verificou-se no início dos anos 30, quando se retiraram da ABE e fundaram, em 1933, a Conferência Católica Brasileira de Educação (CCBE), cujos mentores foram Everardo Backeuser e Tristão de Athayde, o primeiro diretor da *Revista Brasileira de Pedagogia*, fundada em 1934.

líder católico a partir de meados da década. Ao assumi-la, com Perillo Gomes, afirmou tratar-se de uma “revista católica de cultura geral, visando mais a inteligência que os acontecimentos” (*A Ordem*, dez. 1928). Na verdade, isto não correspondeu ao que se seguiu, a *Reação Católica*. Entre as frentes eleitas para atuação, a educacional foi considerada fundamental, mesmo porque historicamente se constituiu como terreno católico de atuação praticamente preferencial. No início dos anos 30, o objetivo da revista foi explicitado nos estatutos da Associação Universitária Católica (AUC): completar a educação religiosa e a instrução dos moços e formar católicos militantes para a vida pública e particular, especialmente acompanhando o problema proletário (*A Ordem*, jun. 1930).

No final desse ano as dissidências foram evidenciadas pelos católicos. Van Acker afirmou que, durante a III Conferência Nacional de Educação, as posições ficaram difíceis, listando uma série de ocorrências ligadas ao evento: as reformas escolanovistas, a publicação da Biblioteca Pedagógica, dirigida por Lourenço Filho, a fundação do Instituto de Educação no Rio de Janeiro, por Anísio Teixeira. Acreditava o autor que a questão que os dividia relacionava-se ao fim da educação, à essência e à existência da Ciência Pedagógica (*A Ordem*, ago. 1930). Também Amoroso Lima fez observações semelhantes:

Foi de S. Paulo que partiu o movimento e é lá que continua a organizar-se sob a direção de figuras intelectualmente eminentes como o Sr. Lourenço Filho, o Sr. Fernando de Azevedo e outros. A 'biblioteca de educação' organizada pelo Sr. Lourenço Filho já tem 11 volumes publicados e mais 3 prontos para o prelo. (Amoroso Lima, 1931, p. 141)

Além, então, da disputa entre ciência e metafísica - segundo Amoroso Lima, os renovadores viam a primeira como “certeza” e a segunda como “simples fantasia arbitrária” –, os intelectuais católicos aqui referidos não apenas propunham uma escola que respeitasse os ideais divinos e divulgasse uma ciência pedagógica com finalidade e essência definidas segundo a ortodoxia católica, mas “encaminhar as águas da subversão política para o leito do cristianismo social” (*A Ordem*, dez. 1930).

A substancial diferença estava nos fins culturais a que cada autor vinculava seu projeto político e nele sua proposta de preparação do mestre. Estava em disputa um projeto cultural em que, de um lado, se previa o conteúdo católico como determinante da formação do professor e, de outro, se previa o conteúdo científico, laico, técnico. Mas o fundamental era que, subjacente a esta dualidade, pulsava o desejo de conformação da "alma nacional" em ambas as partes.

Uma outra problemática perpassava o "diálogo" dizendo respeito ao domínio da rede escolar. Encarada sob dupla perspectiva, dos conteúdos de ensino e da lógica do mercado, o espaço educativo era local privilegiado de conformação cultural, razão pela qual tanto os católicos quanto os renovadores disputavam a ascendência sobre a administração pública, nos níveis estadual e nacional. Traçavam suas estratégias contando convencer os governos federal e estadual a negociarem suas posições com vistas à realização de seus desígnios. A disputa ultrapassava os muros da escola.

O ano de 1931 foi importante para os católicos, pois aceleraram suas atividades na direção da conquista do mercado escolar. Anunciaram a realização do 1º Congresso Católico de Educação, a ser promovido pelo Centro Dom Vital, de São Paulo, a partir do qual as estratégias da Igreja Católica de combate aos pioneiros foram deflagradas. Nele foram definidas "as posições dos educadores católicos em face do Estado e da escola oficial, sendo combatidas fundamentalmente as idéias da laicidade do ensino, da co-educação dos sexos e do monopólio da educação pelo Estado" (Cardoso, 1982, p. 108).

Os católicos ganharam um ponto junto ao governo getulista quando este expediu, em 30 de abril de 1931, decreto facultando o ensino religioso nas escolas públicas. Isto foi comemorado pelos católicos como grande feito da revolução de 30, embora não tivesse acabado com o laicismo, pois que continuavam existindo positivistas, liberais, protestantes, agnósticos, ateus, laicistas, as "forças da desintegração nacional". Por outro lado, o decreto não fora completo porque não impedia a "liberdade dos ateus" mas pelo menos garantia a "liberdade dos crentes" (*A Ordem*, jul. 1931). Padre Leonel Franca teceu inúmeros elogios ao governo, apesar dos defeitos que o

documento trazia (Franca, 1931). O fato de que São Paulo proibira o cumprimento do decreto levou os católicos a concluir que a descristianização do ensino estaria preparando o advento da pedagogia comunista. São Paulo havia sido escolhida para dar o primeiro golpe contra a única conquista espiritual da Revolução de 30. Athayde atacou diretamente o interventor federal por este gesto: "Ideólogo incorrigível [...] vem implantar a discórdia e estimular a anarquia onde tudo se encaminhava para o mais fraternal entendimento" (Athayde, 1931, p. 222).

Cardoso (1982) avalia que entre Igreja, Estado e pioneiros estabeleceu-se uma relação em que estava em jogo a influência junto ao Estado. De seu lado, Vargas realizava uma política de ampliação de suas bases de governo, o que o levou a trocar alianças com a Igreja. Demonstrar que o projeto católico era limitado poderia significar a ampliação do espaço político em relação ao governo federal. Tratava-se, pois, de parte a parte, de construir fatos políticos. Com esse interesse, acusações foram feitas aos escolanovistas assim como cobranças relativamente ao que faziam ou não faziam na gestão da educação. As ações católicas foram ganhando maior visibilidade, resultando, por exemplo, na ação conjunta de Ademar de Barros e o Secretário da Educação e Saúde Pública, Mariano de Oliveira Wendel para o encerramento do Instituto. Não seria impossível supor que estivesse envolvido no episódio o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, o católico Alexandre Corrêa.⁴

Os desafetos entre Azevedo e os intelectuais católicos certamente ultrapassavam as discordâncias acerca do ensino religioso

⁴ Segundo Azevedo (1971), Corrêa havia sido convocado para extinguir a FFCL, mas acabou por apoiá-la. Para Souza Campos (1954; 1938), dissensões entre a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a FFCL obrigaram o Reitor a demitir os diretores das escolas de Medicina e de Filosofia. A FFCL usava as instalações daquelas escolas. Tumultos estudantis desencadearam as demissões, criando uma situação difícil para a universidade. No caso da FFCL, Souza Campos foi chamado a assumir sua direção em 1937. Sua primeira medida foi comprar uma sede para a FFCL, insuficiente. Do Colégio Universitário veio Alexandre Corrêa que o sucedeu na direção a partir de 22.06.1938, data da extinção do IEUSP. Corrêa poderia estar mais afeito a conduzir a reorganização da FFCL do que viabilizar a destruição daquela unidade.

nas escolas. No entanto, esse argumento freqüentemente encobriu as dissensões. Membro da “coligação de forças demoníacas” originária da Constituição de 1891 e continuada na República (*A Ordem*, fev. 1931), “a separação do espiritual e do temporal [...] começou com a lei de separação, de Rui Barbosa, e terminou com a reforma laicista do ensino, do Sr. Fernando de Azevedo” (*A Ordem*, mar. 1931). As críticas aos pioneiros eram generalizadas, mas a predileção recaía sobre Azevedo e Teixeira, este no Rio de Janeiro. A revista *A Ordem* enquadrou-os, juntamente com Celina Padilha, como “pedagogos burgueses e reformistas [...] contaminados pela pedagogia naturalista, se não são francamente comunistas, são precursores e preparadores da pedagogia de Lunatcharsky” (*A Ordem*, 1932).

Mas se havia uma tríplice relação, a relação da Igreja com o governo Vargas era ambígua. Elogiava a ditadura pela concessão do ensino religioso facultativo, mas a acusava de impedir as associações católicas de existirem (*A Ordem*, jun. 1931). Tentava convencer o governo de que o *monismo sindicalista* ameaçava o estado burguês de aniquilar-se, agregado ao fato de não se cristianizar. As *forças da dissolução* estavam unidas ao governo, buscando transformá-lo num Estado antiliberal, anticristão, proletário. Esse risco adviria caso o Estado não se cristianizasse. Assim, a polêmica em torno das associações e sindicatos católicos colocava-se no plano da defesa religiosa, obscurecendo o objetivo de conquista de um Estado que incorporasse as forças políticas católicas. A Igreja travestia sua entrada política sob o manto da Virgem Maria, elaborando proposições de natureza política sob o argumento religioso.⁵

⁵ Até 1919 existia a Liga de Professores Católicos, em São Paulo; em 1932 transformou-se em Associação do Professorado Católico. Em Campinas/SP fora fundado o Centro de Cultura Literária e em 1933 foram fundados a Conferência Católica Brasileira de Educação e a *Revista Brasileira de Pedagogia* (Backeuser, 1934). Em 1930, no Rio de Janeiro, criou-se a Associação Universitária Católica (AUC) e a Federação Universitária Católica Brasileira; em 1931 existiam AUCs em BH, CE e SP; também criou-se o Apostolado da Comunhão Freqüente, Centro D. Vital em MG e a Legião do Trabalho, CE; em 1932 foi criada a Liga Anticlerical, RJ, e o Instituto Católico de Estudos Superiores. *A Ordem*, 1930-1932.

Conquanto a questão religiosa estivesse presente no litígio, era um de seus componentes e não o mais importante. A hipótese de Cardoso (1982) é consistente: tais grupos entraram em conflito porque ambos possuíam projetos próprios de construção da “alma brasileira”, colocando-se as disputas no plano cultural. Tratava-se de “ganhar” a história ou - em outras palavras - de saber quem venceria a contenda, cujo troféu era a constituição da nação. Uma das armas com os quais todos queriam lutar era a universidade.

Segundo Casali (1989), no âmbito do movimento de *recatolicização* desencadeado pelo bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, D. Leme, este passou a arquitetar uma aliança da Igreja com os setores médios urbanos tendo em vista a formação de lideranças intelectuais disciplinadas dentro da hierarquia católica. Assim, uma Universidade Católica teria sido privilegiada como fundamental em sua estratégia global, porém, mantendo expectativas sobre as possibilidades de acordos com o Estado.

Não sem razão os católicos alimentavam críticas aos escolanovistas que chegavam a postos importantes. Em 1931, por exemplo, Lourenço Filho assumiu a direção da Instrução Pública. O cargo lhe possibilitou reformar a administração do ensino, o sistema escolar e a Escola Normal, transformando-a em Instituto Pedagógico. Depois, em 1933, Azevedo, na mesma posição, reformou a administração, reformou o sistema escolar e criou o Instituto de Educação. Resguardadas as distinções entre ambos, na verdade conseguiram ocupar postos na administração pública que lhes permitiram o acesso a definições da política educacional para todo o Estado, considerado o fato de que entre as indicações oficiais e as realizações concretas nem sempre a relação é imediata.⁶

Entre os vários eventos escolanovistas elencados pelos intelectuais católicos como condenáveis, um em especial acirrou as dissensões entre os grupos, o lançamento do *Manifesto dos Pioneiros*,

⁶ Não estou tratando aqui dos problemas relativos a Anísio Teixeira. Mas seria impossível desligar os episódios de que foi vítima, com o encerramento da Universidade do Distrito Federal, dos que ocorreram com Azevedo no mesmo período. Cf. Mendonça (1993) e Schwartzman e outros (1982).

em 1932. Amoroso Lima publicou sua apreciação do texto: “anticristão, antinacional, antiliberal, antinatural, anti-humano, antifamiliar, anticorporativo e anticatólico”, “um crime contra a nacionalidade” (Amoroso apud Morais, 1985, p. 93). Mais tarde, retomou o *Manifesto* como objeto de crítica:

E mais recente ainda, vimos aquele monstruoso 'manifesto dos pioneiros da educação nova' [...]. Esse manifesto [...] consigna o atentado mais mortífero que se poderia perpetrar contra os direitos naturais do homem, a ser educado segundo a sua consciência e a de sua Família, a dar a seus filhos a educação segundo a missão que recebeu da natureza e do seu Criador. [...] é preciso que todos se unam contra o absolutismo pedagógico desses pseudo-inovadores, que nada mais fazem, aliás, do que repetir velhas teorias estatistas que vêm do paganismo pré-cristão, e, modernamente, da Revolução Francesa, tendo sempre constituído um dos meios principais de luta da maçonaria contra a Igreja. (Amoroso Lima apud Morais, 1985, p. 88-9)

A essa crítica ácida, Azevedo respondeu em carta a Frota Pessoa, de modo absolutamente displicente, embora privado:

Esse documento já teve a dupla consagração dos ataques de reacionários energúmenos e da solidariedade dos educadores livres de preconceitos. A opinião aqui lhe foi francamente favorável. Não sofreu um ataque sério. A ofensiva dirigida contra ele pelo Tristão de Athayde, que aparece em S. Paulo na pele de Alexandre Corrêa, esbarrou e quebrou-se nesse corpo sólido de doutrinas, cuja crítica interna não se atreveram a fazer os dois corifeus leigos do sectarismo religioso. Esses dois liberais que se revoltaram contra o “socialismo de estado e o absolutismo pedagógico” do manifesto que transfere para o Estado a função educacional, como uma “função eminentemente pública”, são os defensores e pregadores do “fascismo”, no Brasil, fascismo católico, está claro. [...]

Mas é curioso que, nessa campanha clerical, a turma de sapadores seja constituída de leigos com vocação decidida para a função policial, desde o Jackson de Figueiredo, que foi censor de imprensa, no tempo do Arthur Bernardes, até o Tristão de Athayde que é todo ele "uma repartição de polícia" contra o comunismo. (Azevedo apud Penna, 1982, p. 151-2)

Também Alexandre Corrêa publicou seu parecer sobre o texto no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 25.03.1932, ironizando o fato de que a maioria dos signatários do Manifesto, nada tendo a ver com a pedagogia, pretendiam reformular a mentalidade brasileira abrindo caminho para o socialismo russo, embora em um fraseado *sesquipedal, vago, obscuro, pretensioso e sem nenhuma precisão científica*. Ironizou ainda o *biologismo behaviorista americano* embasado no *relativismo sociológico de Durkheim - velho e gasto* - que deu lugar à idéia de que a educação era um direito biológico, cabendo ao Estado dá-la e ao indivíduo recebê-la: *É verdade que é um direito... biológico!*, já que não se podia escapar dele de nenhum modo. Criticou, pois, o monopólio estatal da educação e a proposta de vigilância sobre as escolas privadas. Afirmou que as informações sobre a laicidade na educação estavam incorretas e "só na Rússia rubra e sanguinolenta de Staline, é plenamente realizado o ideal dos reconstrutores biólogos e improvisados pedagogos brasileiros!". Finalmente, considerou que tais posições deviam-se ao fato de que Azevedo não lera a *Ratio Studiorum*, inspiração real da escola ativa. Se o tivesse feito, assim como lido a obra *De Magistro*, de São Tomás de Aquino, não seria a favor da laicidade do ensino (Corrêa, 1932).⁷

Em artigo publicado no mesmo jornal, em 31.03.1932, respondendo às críticas que Azevedo tecera ao seu primeiro texto, Corrêa o acusou de ter sido lente na Escola Normal da Praça sem

⁷ A Faculdade Livre de Filosofia e Letras/SP, fundada em 1908, tinha entre seus docentes Alexandre Corrêa que estudou Filosofia na Universidade de Louvain. *Anuário da FLFLSP*, 1913. Em 1928, Corrêa era Doutor em Filosofia Tomista e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1930, lecionava Moral e História da Filosofia e Van Acker Cosmologia e Filosofia. *Revista da Faculdade de Filosofia e Letras São Bento*, mar. 1931.

concurso público. Mais tarde teria *ganho* de presente de Lourenço Filho a cadeira de Sociologia no Instituto Pedagógico, criada para ele. Azevedo era um criador de *filosofia de fumaças* que aproveitara o *Manifesto* para tecer elogios a si próprio. Socorre-se em Tristão de Athayde que o acusou de ostentar-se *empavonadamente comunista*.

A repercussão do *Manifesto* na imprensa foi tão intensa que as hostes católicas não puderam deixar de criticá-lo várias vezes e de forma vária. Van Acker assim se expressou:

Desde a reforma do ensino de Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro (1927-1930), sobretudo a partir do célebre Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, sem falar na famigerada V Conferência Nacional de Educação que provocou repulsa em todo o país, tornou-se o tal movimento empresa cada vez mais "intencional" e "sistemática" - (são palavras de Fernando de Azevedo) - de descristianização e bolchevização da infância e mocidade nacional. [...] Mas a colaboração do elemento católico só foi possível até que foram publicadas as "diretrizes definidas" do movimento, formuladas por Fernando de Azevedo em "Novos Caminhos e Novos Fins" (1931) e sobretudo no já citado Manifesto. Desde, então, dividiram-se as hostes: cindiu-se a ABE; fundou-se a CCBE com diretrizes sociais e educacionais nitidamente distintas do "socialismo educador, cujo pai foi o liberalismo e cujo herdeiro legítimo será o bolchevismo. (Van Acker, 1936, p. 13)

As críticas católicas aos educadores escolanovistas foram contundentes. Van Acker acusou-os de pretenderem fazer a revolução "na escola, e na escola, antes que a façam na rua!". Acusou-os, ademais, de terem escrito obras que, chamadas de "sociologia", não conseguiam explicar - "esses comediantes da sociologia" - o ímpeto do fascismo nem a necessidade de "obstar o comunismo". Perguntou-se o autor:

Compreenderá afinal o professorado católico por que, desde o começo, desconfiamos da orientação nacional da escola nova?

[...] *Renunciemos às conciliações impossíveis. A escola nova há de ser uma escola integral de ação católica, ou, então, católica não será!* (Van Acker, 1936, p. 16)⁸

Continuando a ofensiva, em 1935 Corrêa publicou artigo sob o título *Sociologum Habemus* criticando o livro de Azevedo *Princípios de Sociologia*. Entre as acusações estão a de ter Azevedo se formado em Direito por decreto e de ter se apoderado discricionariamente da Diretoria Geral de Ensino do Estado de São Paulo. Neste posto, teria destruído tudo para

reconstruir sobre novas bases, para arejar a mentalidade estreita dos paulistas em matéria de educação, para rasgar-lhes amplíssimos horizontes, até então nem sequer suspeitados!... Dotou a instrução pública do Estado de São Paulo com um Código de Ensino, que os espíritos tacanhos, sem compreenderem o gênio de reconstrução, que o sociólogo aí derramara, pretendem que veio anarquizar tudo o que até então constituíra o patrimônio pedagógico dos bandeirantes...

Segundo o autor, não bastando tudo o que Azevedo já fizera, havia ido além:

Organizada mais tarde a Universidade de São Paulo, o admirável Instituto de Aperfeiçoamento, criação de um outro grande gênio, o Sr. Lourenço Filho, esse instituto, onde Azevedo é o sol magnífico, passou, de uma penada legislativa, a fazer parte da referida Universidade! E aí temos o autorizadíssimo sociólogo professor catedrático da Universidade Paulista. As más línguas e os corações odientos insinuem, não poucas vezes, que Azevedo afinal veio a nomear-se a si mesmo; que todos esses lugares ocupou e penetrou os umbrais universitários sem nunca ter dado a mínima prova pública de competência, sem

⁸ O autor refere-se a *Educação progressiva*, de Anísio Teixeira, e *Novos caminhos e novos fins*, de Azevedo.

jamais ler passado pelas aperturas de um concurso, cooperando com regimes políticos os mais antagônicos entre si ! (Corrêa, 1936, p. 4).

Os excertos acima demonstram que as dissidências existentes entre católicos e renovadores se colocavam tanto política quanto pedagogicamente. Contudo, não se pode deixar de reconhecer o conteúdo pessoal nelas presente em vista da campanha que desencadearam contra Fernando de Azevedo envolvendo aspectos de sua vida profissional e intelectual. A transferência do Instituto de Educação para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – sob a forma de Seção, 4^a – não apenas subordinou Azevedo ao seu diretor, o católico Alexandre Corrêa, como pode ter tido o sentido de redirecionar a formação do magistério segundo os interesses emanados da Igreja Católica e do estado ditatorial.

Conseqüências do litígio

Uma primeira questão importante a ser pensada é a relativa à presença dos católicos no processo de extinção do IEUSP. Certamente, não há dúvidas de que a atuação católica teve aí grande peso. Sua perseguição aos renovadores vinha do início da década de 30 e se consolidou em organizações e ataques por meio de seus periódicos, especialmente da revista *A Ordem* e da *Revista Brasileira de Pedagogia*, lideradas por Amoroso Lima e Everardo Backeuser, como já foi visto. Os litígios com os católicos se tinham um componente de natureza pedagógica e política mais geral, comportaram também ações dirigidas pessoalmente contra Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. O processo de encerramento do IEUSP é simultâneo ao da Universidade do Distrito Federal, significando que as duas primeiras experiências nacionais de formação do professor em nível superior foram abortadas.

As posições defendidas por aquelas revistas indicam que os católicos tinham todo o interesse em hegemonizar a formação superior do professor na universidade. Iniciativas de Cursos de Pedagogia vinham sendo constantemente anunciadas, tendo sido formulado, em

um dos números da *Revista Brasileira de Pedagogia*, um projeto mais bem delineado. Tais cursos diferenciavam-se, segundo os católicos, não propriamente por serem contra a ciência ou os métodos da Escola Nova, mas por suas finalidades filosóficas e espirituais, não-encontráveis entre os renovadores e seus projetos de "Institutos de Educação".⁹ No caso do IEUSP, oferecia Cursos de Formação Pedagógica do Professor Secundário (em conjunto com a FFCL, responsável pela parte específica) de Formação do Professor Primário, de Aperfeiçoamento, de Administradores Escolares, de Especialização em Educação Infantil, de Formação Profissional e Colégio Universitário.

A oposição entre Institutos de Educação e Cursos de Pedagogia pode ter resultado no surgimento do Curso de Pedagogia no Brasil, nos anos 40. A ruptura católica, de caráter violento, com as propostas institucionalizadas na década de 30, a de Anísio Teixeira e a de Fernando de Azevedo, referia-se especificamente aos projetos de formação do professor.

O curso de pedagogia parece ter sido proposto pelas hostes católicas. Seu projeto de formação de professores e inspetores para o ensino secundário, de diretores, de professores primários e de professores de pedagogia foi publicado na *Revista Brasileira de Pedagogia*, em fevereiro de 1935. Denominado Faculdade de Educação, o modelo tinha maior influência da Escola de Pedagogia de Louvain, Bélgica. Como ela, deveria oferecer tanto a formação específica quanto a pedagógica. Concederia a licença para o magistério e o título de doutor. Num sentido amplo, esta estrutura se assemelha à da Escola Normal Superior da Sorbonne.

Conclusão

Ao registrar as dissensões ocorridas entre católicos e pioneiros Azevedo deixou marcada na história da educação brasileira um modo particular de apreensão desse conflito. No que respeita à formação do professor, produziu uma leitura dualista que coloca de um lado os

⁹ Segundo Backeuser, "se os laboratórios dos mestres são as escolas normais, os dos mestres ateus têm sido entre nós os Institutos de Educação oficiais" (1935, p. 70-3).

católicos – identificados com as forças do atraso – e de outro os renovadores – identificados com as forças defensoras do progresso científico e da profissionalização do mestre. Como já evidenciado, para além da contenda entre ciência e metafísica, estava presente uma terceira força que chamava a atenção de ambos e que apresentava um outro projeto político. Tratava-se de evitar que um projeto derivado da “subversão política” pudesse desviar o país em direção ao modelo “russo”, segundo os católicos e por eles frequentemente identificado com intelectuais renovadores.

A cena política estava dominada por interesses articulados a fins nitidamente culturais, expressos em projetos políticos e conseqüentes propostas de preparo docente. Desse modo, se, de um lado, propunha-se o pensamento católico como conteúdo desse preparo e, de outro, o conteúdo científico, laico, técnico, não se perdia de vista a terceira força com a qual se disputava, de fato, a conformação da “alma nacional”. Tal força era denominada pelos católicos de “comunista” e por Azevedo de “perigosa”.

As dissensões tinham também um outro ingrediente importante. Havia um mercado a ser conquistado, especialmente pelos católicos que não queriam perder sua hegemonia no ensino secundário e sua possível extensão ao universitário. Esse mercado era interessante pois se afigurava como local propício à formação da inteligência que, por meio da escola dos níveis anteriores, poderia conformar a mentalidade nacional. Nesse sentido, católicos e renovadores tinham interesse em ocupar postos na administração pública estadual e nacional para, de seu interior, produzirem políticas consentâneas com seus interesses. *Locus* de onde seria possível irradiar seus ideários não apenas para o Estado de São Paulo como para todo o Brasil.

De fato, ambos os grupos pretendiam construir a história e, nela, sua presença e a de seu projeto político. Azevedo, memorialista dessa geração, registra suas vitórias – uma das quais foi o IEUSP –, os católicos as suas – uma das quais pode ser a criação do Curso de Pedagogia no Brasil.¹⁰

¹⁰Importante registrar que, embora compreendida como conquista do movimento renovador, o Instituto foi problematicamente referido na produção azevediana. Cf. Evangelista, 1997.

Fontes documentais

A Ordem, ago. 1930; fev., mar., jun. e jul. 1931; 1932.

AMOROSO LIMA, A. *Debates pedagógicos*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

ATHAYDE, T. de (AMOROSO LIMA, A.). *Pela reforma social: ensaios*. Minas Gerais: Spinola & Fusco, 1931.

AZEVEDO, F. de. *A educação na encruzilhada: problemas e discussões; inquérito para o "Estado de S. Paulo"*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

_____. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

AZZI, F. As universidades e a vida nacional. In: *O problema universitário brasileiro*. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1929.

_____. A opinião de Francisco Azzi. In: AZEVEDO, F. de. *A educação na encruzilhada*. 1958.

BACKHEUSER, E. Discurso de Capanema no 1º Congresso Católico de Educação. *Revista Brasileira de Pedagogia* (Rio de Janeiro), ano I, v.II, n.9-10, out./nov.1934, p.317-8.

_____. A Moção: educação e sindicato. *Revista Brasileira de Pedagogia* (Rio de Janeiro), ano I, v.II, n.9-10, out./nov.1934, p.308.

CORRÊA, A. A. Resposta... "educacional". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31/03/1932.

CORRÊA, A. A. Sociologum Habemus. In: *O Sr. Fernando de Azevedo, a sua sociologite aguda e do mais que lhe aconteceu...* São Paulo: Centro D. Vital, 1936.

EDITORIAL. *A Ordem*, dez. 1928.

EDITORIAL. *A Ordem*, dez. 1930.

FRANCA S. J., Pe. L. *O ensino religioso e o ensino leigo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

Revista Brasileira de Pedagogia, set. 1934.

Revista da Faculdade de Filosofia e Letras São Bento, mar. 1931.

SÃO PAULO. ESCOLA NORMAL DA CAPITAL. *Termos de compromisso de funcionários para a Escola Normal da capital e estabelecimentos anexos*, 1930.

SÃO PAULO. INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. *Termo de compromisso do pessoal docente e administrativo do Instituto de Educação*, 1933.

SECÇÃO UNIVERSITÁRIA. *A Ordem*, jun.1930.

SOUZA CAMPOS, E. de. *Estudos sobre o problema universitário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

_____. *História da universidade de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1954.

VAN ACKER, L. Escola nova e comunismo. In: *O Sr. Fernando de Azevedo, a sua sociologite aguda e do mais que lhe aconteceu...* São Paulo: Centro D. Vital, 1936.

Referências bibliográficas

CARDOSO, I. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez/AA, 1982.

CARVALHO, M. M. C. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da ABE (1924-1931)*. São Paulo, 1986. Tese de Doutorado. FEUSP.

CASALI, A. M. D. *Universidade Católica no Brasil: elite intelectual para a restauração da Igreja*. São Paulo, 1989. Tese de Doutorado. PUC/SP.

EVANGELISTA, O. *A formação do professor em nível universitário no Brasil. O Instituto de Educação da USP (1934-1938)*, 1997. Tese de doutorado. PUC/SP.

MENDONÇA, A. W. P. C. *Universidade e formação do professor. Uma perspectiva integradora: a Universidade de Educação de Anísio Teixeira*. Rio de Janeiro, 1993. Tese de Doutorado. PUC/RJ.

MORAIS, R. de. *História e pensamento na educação brasileira: contribuição de Tristão de Athayde*. Campinas: Papirus, 1985.

PENNA, M. L. *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/São Paulo: EDUSP, 1984.